

**Coordenadores:**  
Daniela Monteiro Gabbay  
Bruno Takahashi

---

# JUSTIÇA FEDERAL: INOVAÇÕES NOS MECANISMOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS



---

**Autores:**

Ana Cláudia Ferreira Pastore	Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Jr.
André Luiz Naves Silva Ferraz	Humberto Dalla Bernardina de Pinho
Antonio Rodrigues de Freitas Jr.	Juliana Bonacorsi de Palma
Bruno Takahashi	Luciane Moessa de Souza
Carlos Alberto de Salles	Marcella A. da Nova Brandão
Daldice Maria Santana de Almeida	Marco Aurélio Serau Junior
Daniela Monteiro Gabbay	Maria Cecília de Araujo Asperti
Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha	Nathalia Mazzone
Dayse Starling Lima Castro	Paulo Afonso Brum Vaz
Diego Faleck	Paulo Eduardo Alves da Silva
Edson Luiz Sampel	Paulo Marcos Rodrigues de Almeida
Fernanda Souza Hutzler	Priscila Faricelli de Mendonça
Geisa de Assis Rodrigues	Reynaldo Soares da Fonseca
Helena Dias Leão Costa	Valeria Ferioli Lagrasta Luchiarì

---

Coleção

**M|A|S|C**

Meios Alternativos de  
Solução de Conflitos

**Coordenadores:**  
Ada Pellegrini Grinover  
Kazuo Watanabe

Volume **5**



Gazeta Jurídica

Brasília  
2014

1ª edição - 2014

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

P327j

Pastore, Ana Cláudia Ferreira

Justiça federal: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos. / Ana Cláudia Ferreira Pastore ; coordenação Daniela Monteiro

Gabbay , Bruno Takahashi. - 1. ed. - Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2014.

688 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-67426-19-8

1. Direito - Brasil. 2. Justiça Federal - Brasil. I. Gabbay, Daniela Monteiro. II. Takahashi, Bruno. III. Título.

14-15141

CDU: 343(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

**GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME**

SCLS 111, Bloco C, Loja 22, Asa Sul

Brasília - DF - CEP: 70374-530

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

# *Sumário*

<b>PARTE I</b>	
<b>TEORIAS E TÉCNICAS .....</b>	<b>1</b>
<b>1. DESENHO DE SISTEMAS E MECANISMOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA JUSTIÇA FEDERAL: UMA INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<i>Daniela Monteiro Gabbay</i>	
<i>Bruno Takahashi</i>	
1. Um convite à leitura deste livro.....	4
2. A realidade da Justiça Federal: os litigantes, os conflitos e as experiências consensuais .....	8
3. Obstáculos para os meios consensuais? .....	17
4. Estratégias para o uso dos meios consensuais no contexto da Justiça Federal .....	24
Conclusão .....	31
Referências .....	32

<b>2. MARCO LEGAL DA MEDIAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>35</b>
<i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</i>	
1. Escorço histórico: do PL 4827 à Resolução 125 do CNJ.....	36
2. O Projeto do Novo Código de Processo Civil.....	38
3. Os Projetos de Lei do Ministério da Justiça e do Senado Federal ...	41
4. Perspectivas para o direito brasileiro.....	81
Referências .....	87
<b>3. A ALTERNATIVA DA CONCILIAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O ACESSO E A SAÍDA DA JUSTIÇA FEDERAL.....</b>	<b>91</b>
<i>Reynaldo Soares da Fonseca</i>	
Introdução .....	92
1. Vista d’olhos sobre o jus-humanismo normativo .....	93
2. Reconstrução histórica do <i>due process of law</i> .....	96
3. A dinâmica entre regras e princípios .....	97
4. Nova leitura do princípio do devido processo legal .....	98
5. A alternativa da conciliação: reflexões sobre o acesso e a saída da Justiça Federal .....	100
Conclusão .....	107
Referências .....	107
<b>4. PARA UM CONCEITO DE CONFLITO INTERSUBJETIVO DE JUSTIÇA.....</b>	<b>109</b>
<i>Antonio Rodrigues de Freitas Jr.</i>	
1. A Instrumentalidade do Conceito .....	111
2. As Políticas de Justiça como Endereço .....	112
3. As Disputas em Geral e os Conflitos de Justiça em Espécie: Semelhanças e Contrastes.....	113
4. Para um Conceito .....	115

4.1 O Sujeito .....	115
4.2 O Objeto .....	116
4.3 A Conduta .....	118
4.4 O Valor .....	119
Conclusão .....	119
Referências .....	120
<b>5. O DIREITO SUBJETIVO À CONCILIAÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E SUA APLICABILIDADE ÀS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL .....</b>	<b>121</b>
<i>Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Jr.</i>	
Introdução .....	122
1. Breve Compreensão do Sistema Jurídico como Base para a Interpretação Sistemática do Direito e de suas Normas .....	124
2. Os Meios Consensuais de Resolução de Conflitos e a Constituição de 1988 .....	128
3. A Resolução Consensual dos Conflitos como Direito Subjetivo e seu Atendimento Frente ao Estado .....	134
Conclusão .....	139
Referências .....	142
<b>6. A CONSENSUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEU CONTROLE JUDICIAL .....</b>	<b>143</b>
<i>Juliana Bonacorsi de Palma</i>	
Introdução .....	144
1. Delimitação da consensualidade administrativa .....	146
1.1 Consensualidade em sentido amplíssimo: a participação administrativa .....	148
1.2 Consensualidade em sentido amplo e em sentido estrito .....	152
1.3 Consensualidade em sentido restritíssimo: concertação administrativa .....	153
2. Viabilidade jurídica de a Administração Pública transacionar e a racionalidade consensual .....	160

2.1	Viabilidade jurídica da atuação administrativa consensual..	161
2.2	Consensualidade administrativa e seus potenciais efeitos positivos .....	166
3.	O Poder Judiciário e a consensualidade administrativa: efetivação e controle.....	169
3.1	A consensualidade administrativa em sentido amplo efetivada no âmbito judicial .....	169
3.2	Parâmetros de controle à luz da teoria dos atos administrativos .....	173
3.2.1	Parâmetros de controle à luz da teoria dos atos administrativos .....	174
3.2.2	O foco do controle judicial da consensualidade no processo administrativo.....	178
	Considerações finais .....	183
	Referências .....	185
<b>7.</b>	<b>RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO: CAMINHOS PARA UMA CONSENSUALIDADE RESPONSÁVEL E EFICAZ ...</b>	<b>189</b>
	<i>Luciane Moessa de Souza</i>	
	Introdução.....	190
1.	Fundamentos para a adoção de métodos consensuais de resolução de conflitos na esfera pública .....	191
1.1	Fundamentos constitucionais.....	191
1.2	Fundamentos infraconstitucionais .....	192
2.	Os princípios constitucionais que regem a atuação do Poder Público e suas consequências na resolução consensual de conflitos .....	195
3.	Os (falsos) argumentos contrários à consensualidade na esfera pública .....	198
4.	As medidas necessárias para a viabilização da resolução consensual de conflitos individuais envolvendo o Poder Público.....	200
5.	As medidas necessárias para a viabilização da resolução	

consensual de conflitos coletivos envolvendo o Poder Público..	201
6. O projeto de lei sobre mediação em curso no Senado Federal – conflitos que envolvem o Poder Público .....	204
Conclusões.....	207
<b>8. A INDISPONIBILIDADE E A SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONTROVÉRSIAS.....</b>	<b>209</b>
<i>Carlos Alberto de Salles</i>	
1. Disponibilidade e solução alternativa de controvérsias.....	210
2. O conceito de disponibilidade e de indisponibilidade .....	211
2.1 Indisponibilidade material.....	212
2.2 Indisponibilidade normativa.....	213
2.3 Indisponibilidade e interesse subjetivo.....	214
2.4 Indisponibilidade e Direito Administrativo .....	215
3. Disponibilidade e indisponibilidade na Administração Pública..	216
4. Indisponibilidade e bens públicos .....	217
5. Indisponibilidade e reserva de jurisdição .....	220
5.1 A indisponibilidade como causa de reserva de jurisdição..	222
5.2 Transação, indisponibilidade material e reserva de jurisdição .....	223
5.3 Transação e bens coletivos .....	224
Conclusões.....	224
Referências .....	226
<b>9. DESENHO DE SISTEMAS DE DISPUTAS NO CONTEXTO DA JUSTIÇA FEDERAL: UMA INTRODUÇÃO .....</b>	<b>229</b>
<i>Diego Faleck</i>	
1. Introdução: O que é Desenho de Sistemas de Disputas (DSD) ..	230
2. DSD no Contexto da Justiça Federal.....	231
3. Moldura Teórica: Fundamentos do DSD.....	233
4. Papel do Designer.....	235

5. Conceitos Básicos de DSD.....	236
6. A Iniciativa do Design.....	239
7. Reunião de Informações.....	241
8. Análise e Diagnóstico.....	245
9. Desenhando o Novo Sistema.....	247
10. Implementação e Avaliação do Sistema.....	248
Considerações Finais.....	249
Referências.....	250
<b>10. A AGREGAÇÃO INFORMAL DE DEMANDAS REPETITIVAS NA CONCILIAÇÃO JUDICIAL: PAUTAS CONCENTRADAS E MUTIRÕES.....</b>	<b>253</b>
<i>Maria Cecília de Araujo Asperti</i>	
1. As respostas processuais ao fenômeno da repetição de disputas...	254
2. O gerenciamento e o tratamento consensual da litigiosidade repetitiva.....	256
3. Litigantes repetitivos vs. Litigantes Ocasionais.....	258
4. A agregação informal na conciliação judicial.....	262
5. As vantagens dos procedimentos informais de agregação ....	267
6. Os riscos da conciliação judicial de disputas repetitivas.....	270
Conclusão.....	271
Referências.....	272
<b>11. NOVOS (E ADEQUADOS) RUMOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....</b>	<b>275</b>
<i>Nathalia Mazzonetto</i>	
Introdução.....	276
1. Novos rumos da Administração Pública: a busca por uma solução mais consensual para os conflitos.....	277



2. A participação da Administração Pública no âmbito dos procedimentos de mediação .....	281
3. A participação da Administração Pública na arbitragem.....	286
3.1 Alguns cuidados particulares na redação da cláusula compromissória .....	287
4. Recentes movimentações legislativas.....	290
5. A experiência na área de propriedade intelectual: os conflitos mais comuns.....	292
5.1 O papel e a integração do INPI no cenário dos mecanismos consensuais de solução de disputas – primeiros passos e desafios à vista.....	293
Considerações finais .....	301
Referências .....	302
<b>12. POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS.....</b>	<b>305</b>
<i>Valeria Ferioli Lagrasta Luchiarì</i>	
1. Antecedentes legislativos .....	306
2. A Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos – Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça ...	311
2.1 Acesso à Justiça como “acesso à ordem jurídica justa” ..	311
2.2 Mudança de Mentalidade - criação de uma nova cultura na sociedade brasileira, pautada na pacificação .....	313
2.3 Capacitação de conciliadores e mediadores – qualidade do serviço.....	315
Conclusão .....	319
Referências .....	320
<b>13. O INSTRUTOR DE CONCILIAÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL.....</b>	<b>323</b>
<i>Edson Luiz Sampel</i>	
Introdução .....	323
1. Uma autêntica <i>metanoia</i> .....	324

a) Entrega do coração .....	324
b) Participação nas audiências .....	325
2. Natureza da instrutoria .....	326
a) Características da instrutoria .....	326
b) dinâmica de uma instrutoria .....	326
3. O objetivo da conciliação .....	327
Conclusão .....	328
Referências .....	329

## PARTE II

### EXPERIÊNCIAS ..... 331

#### **14. O MICROSSISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS (JEFS) E A (RE)AFIRMAÇÃO DO MODELO DE JUSTIÇA CONSENSUAL PELA INTRODUÇÃO DA FASE PRÉ-LITIGIOSA AUTOCOMPOSITIVA NAS SUAS ESTRUTURAS COMUNICATIVAS ..... 333**

*Paulo Afonso Brum Vaz*

Introdução .....	334
1. JEFs e retirada do Estado Social, burocratização e substituição da Administração pela Justiça .....	335
2. Os princípios da oralidade e da consensualidade no microsistema dos JEFs: o imperativo categórico de sua integral aplicação .....	338
3. Direito e justiça na pós-modernidade: um novo modelo de justiça consensual .....	342
4. Releitura da funcionalidade dos JEFs no modelo autocompositivo e consensual: equiparar as partes e garantir que a solução esteja consentânea com o direito .....	345
5. A emergência da consensualidade: a abertura democrática da Justiça na gestão de conflitos de interesses.....	348

6. A crítica à retração e à timidez dos Entes Públicos à política conciliatória: proposta de normatização da fase pré-litigiosa autocompositiva.....	349
Considerações finais .....	354
Referências .....	355
<b>15. DEFENSORIA PÚBLICA E OS MECANISMOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....</b>	<b>359</b>
<i>André Luiz Naves Silva Ferraz</i>	
1. Conflito:.....	360
1.1 Conflito Intersubjetivo de Justiça:.....	361
2. Mecanismos Alternativos de Solução dos Conflitos: .....	362
2.1 Mediação:.....	365
2.2 Conciliação:.....	367
3. Defensoria Pública e Acesso à Justiça.....	368
3.1 Princípios Institucionais da Defensoria Pública .....	369
3.2 Solução extrajudicial perante o INSS e a CEF .....	370
Conclusão .....	371
Referências .....	372
<b>16. A CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO E A RESOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS: UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA À CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À MORADIA....</b>	<b>377</b>
<i>Daldice Maria Santana de Almeida</i>	
<i>Herbert Cornélio Pieter de Bruyn Jr.</i>	
1. Norma Jurídica como Instrumento de Realização de Fins .....	378
2. A Judicialidade dos Fenômenos e a Dinâmica do Direito: do Estado Liberal ao Estado do Bem-Estar Social e Democrático de Direito .....	379
3. O Direito Social à Moradia na Constituição Brasileira .....	384
4. O Problema da Moradia no Brasil e o Sistema Financeiro da Habitação .....	388

Conclusão .....	396
Referências .....	397
<b>17. CONCILIAÇÃO TRIBUTÁRIA NA JUSTIÇA FEDERAL FRENTE À NATUREZA INDISPONÍVEL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>401</b>
<i>Priscila Faricelli de Mendonça</i>	
1. Contextualizando a análise .....	402
2. A natureza da Conciliação e o crédito tributário .....	404
3. A natureza do crédito tributário .....	406
4. Da legalidade .....	411
5. Conciliação e tributação participativa .....	417
Conclusão .....	420
Referências .....	420
<b>18. A POSSIBILIDADE DO USO DE MÉTODOS CONSENSUAIS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS ENVOLVENDO SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS .....</b>	<b>425</b>
<i>Marcella A. da Nova Brandão</i>	
Introdução .....	425
1. A Conciliação e sua ainda pouca prática na Justiça Federal ..	426
2. Campo de aplicação da conciliação nos conflitos que tem por objeto questão de servidores públicos civis e militares ...	429
3. O que já ocorre atualmente em matéria de conciliação com servidores públicos federais .....	437
Conclusões .....	441
Referências .....	441
<b>19. APONTAMENTOS CRÍTICOS ÀS CONCILIAÇÕES REALIZADAS EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....</b>	<b>443</b>
<i>Marco Aurélio Serau Junior</i>	
Introdução .....	443

1. Da cultura da sentença para a cultura da pacificação social...	444
2. As conciliações em matéria previdenciária atendem ao objetivo de pacificação social? .....	445
2.1 Uma pretensão de descrição do cenário das conciliações previdenciárias.....	446
2.2 Menção especial aos Juizados Especiais Federais.....	448
3. O modelo “acordista” é legítimo? .....	449
3.1 O papel do magistrado ou conciliador.....	450
Conclusões.....	451
Referências .....	452
<b>20. A CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO JUDICIAL DE SOLUÇÃO RÁPIDA E PACÍFICA DE DESAPROPRIAÇÕES: A EXPERIÊNCIA DE GUARULHOS.....</b>	<b>455</b>
<i>Paulo Marcos Rodrigues de Almeida</i>	
Introdução.....	456
1. O Processo de Desapropriação Tradicional.....	458
2. A Desapropriação Pretendida pela Infraero em Guarulhos ....	460
3. Os Problemas da Desapropriação Pretendida.....	461
4. A Identificação dos Expropriados.....	462
5. A Avaliação Judicial Prévia dos Imóveis.....	463
6. As Audiências de Conciliação .....	464
6.1 A preparação das audiências de conciliação .....	465
6.2 Ciência prévia dos laudos periciais .....	466
6.3 A audiência pública prévia.....	467
6.4 Geração de opções para a negociação: a disponibilização de opção de nova moradia para os expropriados de baixa renda...	470
6.5 As reuniões prévias com os Espólios dos antigos loteadores .....	472
6.6 As audiências de conciliação em si .....	472
7. Acompanhamento da Desocupação da Área Expropriada .....	475

8. O Novo Modelo de Desapropriação Desenhado pelos Juízes Federais de Guarulhos .....	476
Conclusão .....	478
Referências .....	479
<b>21. JUSTIÇA DE SOLUÇÕES: DESOCUPAÇÃO HUMANIZADA .....</b>	<b>483</b>
<i>Dayse Starling Lima Castro</i>	
Introdução .....	483
1. Métodos alternativos de pacificação social: desenho de sistema de resolução alternativa de disputas para conflitos de interesse público .....	485
2. A arquitetura do sistema de resolução de disputas criado para resolver as lides da Fundação Navantino Alves .....	487
2.1 Histórico do processo e da Fundação Navantino Alves ..	488
2.2 Etapas do DSD – Design do sistema de disputas .....	491
a) Análise do conflito e das partes interessadas e afetadas (1ª etapa).....	492
a.1 Inspeção judicial .....	493
b) Definição dos objetivos e prioridades do sistema (2ª etapa) e criação de consenso sobre o seu desenvolvimento (3ª etapa)...	495
c) Implementação do sistema e disseminação (4ª etapa) e avaliação do sistema (5ª etapa).....	497
c.1 Audiências de conciliação com os moradores/ocupantes dos imóveis da Fundação .....	498
c.2 Comissão de desocupação .....	500
c.3 Acompanhamento e avaliação constante do sistema .....	501
3. Do papel do Poder Judiciário e da atuação do juiz.....	501
3.1 Do ativismo judicial .....	503
Conclusão .....	507
Referências .....	509

<b>22. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL ATRAVÉS DA CONSENSUALIDADE: UMA ANÁLISE JURÍDICO-ECONÔMICA À LUZ DA EXPERIÊNCIA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ.....</b>	<b>511</b>
<i>Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha</i>	
1. Introdução Situacional - Processo de Execução Fiscal .....	512
2. Obstáculos ao Ajuizamento de Execuções Fiscais pelos Conselhos Profissionais.....	517
2.1 Instituição de Valores por Ato Normativo Interno - Inconstitucionalidade – Aplicação da Lei Nº 6.994/82 .....	517
2.2 Antieconomicidade das Cobranças .....	523
3. Atualidade dos Créditos dos Conselhos Profissionais – Advento da Lei Nº 12.514/11 .....	534
4. Meios Não Jurisdicionais de Recuperação dos Créditos de Conselhos Profissionais – Conciliações na Seção Judiciária Do Ceará .....	540
Conclusão .....	547
Referências .....	548
<b>23. SOLUÇÕES ALTERNATIVAS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E AGÊNCIAS REGULADORAS: LIMITAÇÕES E PROPOSTAS .....</b>	<b>551</b>
<i>Ana Claudia Ferreira Pastore</i>	
Introdução .....	552
1. Agências reguladoras: definição e estrutura .....	552
1.1 Algumas Agências reguladoras existentes no Brasil e suas atribuições.....	553
a) Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) .....	553
b) Agência Nacional de Petróleo (ANP) .....	553
c) Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) .....	554
d) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) .....	554
e) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) .....	554
f) Agência Nacional de Águas (ANA) .....	554
g) Agência Nacional do Cinema (Ancine) .....	555

h) Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) ...	555
i) Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) .....	555
j) Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) .....	556
k) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) .....	556
2. Tipos de conflitos enfrentados pelas Agências Reguladoras ..	557
3. Utilização dos diversos meios de resolução de conflitos pelas Agências Reguladoras .....	558
4. Limitações ao uso dos meios alternativos de soluções de conflitos pelas Agências Reguladoras .....	563
5. Propostas para viabilizar a maior utilização e meios alternativos de conflitos pelas agências reguladoras .....	567
Conclusão .....	569
Referências .....	571
<b>24. A CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO .....</b>	<b>573</b>
<i>Fernanda Souza Hutzler</i>	
1. Histórico da Conciliação no Tribunal Regional Federal da 3ª Região .....	573
2. Aspectos Básicos do Programa da Conciliação na Justiça Federal da 3ª Região: Conteúdo, Finalidade, Abrangência e Fundamento .....	577
2.1 Noções Fundamentais .....	577
2.2 Estrutura do Programa e das Competências .....	579
2.3 Conciliadores/Mediadores .....	581
2.4 Setor de Solução Pré-Processual de Conflitos .....	582
2.5 Setor de Solução Processual de Conflitos .....	583
2.6 Setor de Cidadania.....	587
2.7 Realização de Sessões de Conciliação à Distância.....	588
3. Estatísticas e Convênios do Programa de Conciliação na Central de Conciliação de São Paulo (CECONSP).....	589
Conclusão .....	593
Referências .....	596



<b>25. OS MEIOS ALTERNATIVOS NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS E A EXPERIÊNCIA DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL – CCAF .....</b>	<b>599</b>
<i>Helena Dias Leão Costa</i>	
Introdução .....	600
1. Breves Considerações sobre os Meios Alternativos de Solução de Conflitos.....	602
2. A Advocacia-Geral Da União – AGU .....	605
3. A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF.....	607
4. O Princípio da Eficiência .....	613
Conclusão .....	617
Referências .....	618
<b>26. ANOTAÇÕES SOBRE A NEGOCIAÇÃO DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS EM TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.....</b>	<b>621</b>
<i>Geisa de Assis Rodrigues</i>	
Introdução .....	621
1. O princípio da aplicação negociada da norma jurídica no Termo de Ajustamento de Conduta .....	623
2. A negociação de medidas compensatórias em Termo de Ajustamento de Conduta .....	628
Considerações conclusivas .....	633
Referências .....	634
<b>27. A EXECUÇÃO FISCAL NA JUSTIÇA FEDERAL – APONTAMENTOS A PARTIR DE UMA PESQUISA EMPÍRICA.....</b>	<b>635</b>
<i>Paulo Eduardo Alves da Silva</i>	
Introdução .....	636

---

1. Desenvolvimento: alguns dados da pesquisa IPEA/CNJ e análises correspondentes .....	638
1.1 O acesso privilegiado dos conselhos profissionais ao rito e à justiça especiais .....	639
1.2 O procedimento minguate e cenário socioeconômico...	641
1.3 A deficiência no diálogo interinstitucional .....	643
1.4 Gestão e jurisdição .....	644
1.5 Resultados antagônicos: pagamento ou prescrição .....	644
1.6 Natureza jurisdicional da execução fiscal .....	647
Conclusão: análise das propostas e iniciativas para reverter o cenário da execução fiscal no Brasil.....	648
Referências .....	653